

1 **Ata nº 02/2024.** Aos 11 (onze) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte
2 quatro, reuniram-se nas dependências da Biblioteca Publica Municipal Scharffernberg
3 de Quadros, os Conselheiros: Adriano Martins Xavier, Aline Teixeira da Cruz, Ana
4 Paula Riedel Pires, Cleomary Bescorovaine, Luiz Carlos da Costa Silva, Marilza
5 Aparecida Pereira Teixeira, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Valdenira Pereira Siqueira e
6 como convidada Daniela Medeiros de Oliveira, para a 2ª reunião ordinária do
7 Conselho CACS- FUNDEB do Município de São José dos Pinhais, tendo como pauta:
8 1- Aprovação da ata 01/2024; 2- Orientação Administrativa do Ministério Público sobre
9 Transporte Escolar; 3- Plano de ação de acompanhamento dos Programas Federais
10 de repasse financeiro.

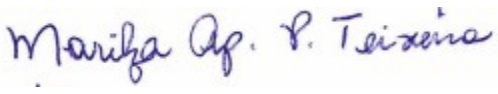
11

12 A Presidente do Conselho Marilza Apª Pereira Teixeira, inicia a 2ª reunião do Fundeb
13 perguntado se todos receberam os documentos para leitura e se receberam a ata e se
14 há alguma mudança. Os conselhos confirmam que sim e ninguém se manifesta
15 contrário a aprovação da ata. A Presidente passa para o segundo assunto que é sobre
16 uma orientação administrativa do Ministério Público que veio para o Conselho de
17 Educação e para a Secretaria de Educação em relação ao transporte escolar, a
18 mesma solicitou para que o Conselho Municipal de Educação encaminhasse ao
19 Conselho do FUNDEB, tendo em vista que os recursos utilizados são do PNATE. A
20 Presidente faz a leitura do artigo 4º da resolução nº18, de 22 de outubro de 2021 que
21 *“Estabelece diretrizes e orientações para o apoio técnico e financeiro na execução,
22 nomonitoramento e na fiscalização da gestão de veículos de transporte escolar, pelas
23 redes públicas de educação básica dos Municípios, Estados e do Distrito Federal, no
24 âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE.”* Comenta
25 também sobre o capítulo VI que fala sobre destinação e movimentação de recursos e
26 coloca que está correto o FUNDEB ter o conhecimento da orientação administrativa do
27 MP e diz que não recebeu oficialmente, mas tem informações de que o transporte
28 escolar está com problemas principalmente em relação a Escola Madre Paulina e
29 alguns Diretores das Escolas Estaduais falaram que as VANs escolares estavam
30 avisando as escolas que não passariam para fazer as linhas porque não tinham
31 condições de atender, então houve alguns dias que os alunos das Escolas Estaduais
32 também não chegaram nas Escolas por conta do transporte escolar não passar nas
33 suas regiões, considerando isso o Ministério publico recebeu denúncias e solicitou à
34 Secretaria Municipal de Educação que fizesse alguns esclarecimentos. Na sequência
35 o Conselheiro Luiz Carlos faz a leitura da recomendação do Ministério público. A

36 Conselheira Ana Paula pergunta se a Comissão deve fazer vista ao transporte para
37 saber como está ou só pode ir com denúncia recebida oficialmente. A Presidente
38 Marilza responde que pode se fazer a qualquer tempo pois o conselho é de
39 acompanhamento e coloca que no ano passado o chefe da Divisão Everaldo esteve
40 na reunião e falou um pouco sobre as rotas e como estava o funcionamento, mas
41 como houve um pregão eletrônico e algumas mudanças no edital e as empresas que
42 foram habilitadas não conseguiram em alguns momentos cumprir o contrato, a
43 secretaria já tomou algumas medidas, é para estar tudo regularizado, mas o Conselho
44 ainda não fez essa visita e precisa ser feito. A Presidente Marilza pergunta se os
45 Conselhos concordam em solicitar ao setor de transporte as rotas, os contratos,
46 quilometragem e a alteração que houve no edital. Nenhum conselheiro se colocou
47 contrário. A Conselheira Aline coloca que tem algumas crianças da Escola Madre
48 Paulina que estão esperando faz tempo o transporte há 45 crianças na fila. O
49 Conselheiro Luiz pergunta o que impede de aumentar as linhas? Não tem um recurso
50 específico para isso? A Presidente Marilza responde que na última reunião do
51 Conselho a Conselheira Angela comentou que irá sair um contrato emergencial. A
52 Conselheira Aline coloca que teve um caso de dois irmãos que esperaram 1 (um) ano
53 e meio na fila para ir para a Madre Paulina, eles já estavam matriculados para não
54 perder a vaga e mesmo assim esperaram um ano e meio pois não havia transporte,
55 não havia linha que fosse onde eles moravam, só havia uma linha até a Escola São
56 José, mas eles moravam bem mais para frente. Os Conselheiros discutem qual seria o
57 motivo de tanto tempo de espera seria a SEMED, a SERMALI. A Conselheira Ana
58 Paula pergunta se os 45 já estão matriculados. A Conselheira Aline diz que sim, são
59 45 com vaga garantida e alguns estão desde o ano passado na fila. Os conselheiros
60 concluem que seria falta de organização, pois somente 2 alunos esperando transporte
61 é um problema, mas 45 seria falta de organização, e acham importante o Conselho ter
62 conhecimento da resposta que a Secretaria deu ao Ministério Público. A Presidente
63 Marilza pergunta se os Conselheiros concordam em chamar o Comitê de Transporte
64 para conhecer quem são essas pessoas e o papel do Comitê. Os conselheiros
65 concordam. A Conselheira Aline coloca que alguns alunos acabam ficando sem
66 transporte porque mudam muito de endereço, pode ser que algum caso o aluno
67 mudou e não deu tempo de ajustar. A Presidente Marilza passa para o próximo
68 assunto e coloca sobre a Lei que institui a Escola em Tempo Integral que é um
69 Programa Federal que deve ser acompanhado pelo FUNDEB e pensou em perguntar
70 como está o andamento, onde será, quantas turmas. A Conselheira Ana Paula coloca

71 que Escola Em Tempo Integral é somente a Escola Ernestina de Souza Cortês e a Ilza
72 de Souza Santos e Educação Integral são 40 e poucas Escolas e nos CMEIs irá iniciar
73 pelos que tem salas ociosas e que não tem tanta falta de profissionais. A Presidente
74 Marilza pergunta novamente se os Conselheiros concordam em perguntar quais serão
75 as Escolas e quais turmas, pois o recurso já veio uma 2ª parcela para o Município. O
76 Conselheiro Adriano coloca que na Lei de Diretrizes e Base da Educação, até 2024, o
77 Plano, previa que se fosse possível aumentar a Educação Integral em todas as
78 modalidades, inclusive na Educação Infantil, mas o Município vem fazendo ao
79 contrário, vem tirando ao invés de tentar colocar e diz que não viu nenhum Conselho
80 cobrar da Prefeitura o porquê não está sendo feito isso, ninguém cobra, deveria ser
81 questionada o porquê não está fazendo, qual o Plano para fazer. A Conselheira
82 Marilza diz que pode perguntar como Conselho do FUNDEB, qual a quantidade de
83 crianças atendidas do 0 ao 3, porque isso impacta em recursos, porque o recurso do 0
84 a 3 é diferente do recurso do 4 e 5 que é diferente do recurso do Fundamental, dá
85 para perguntar quantas crianças atendidas em 2023 e quantas crianças está
86 atendendo em 2024 no 0 ao 3. O Conselheiro Luiz pede para complementar a
87 pergunta colocando também qual é o Plano de ação para cumprir essa Lei da qual
88 está vindo o recurso para São José. A Presidente Marilza coloca que para o Recurso
89 da Escola em Tempo Integral precisa perguntar quais Escolas, quantos CMEIs,
90 quantas crianças, quantas turmas, qual a proposta de implantação, se há previsão de
91 ampliação de vaga e se o Município pactuou construção de novas unidades. Os
92 conselheiros discutem sobre a Educação Integral para a Educação Infantil, sobre
93 construção de novos CMEIs, sobre os últimos CMEIs construídos e a demanda da
94 população. A Presidente Marilza diz que colocou um Plano de ação de
95 acompanhamento dos Programas de repasse financeiro, programas federais, e que
96 poderia pedir para a Secretaria a relação e pedir uma visita nessas Escolas em Tempo
97 Integral até para dar uma olhada se receberam material e também sobre uma
98 denuncia que foi colocada no Conselho de Educação, sobre a vaga integral para uma
99 criança filha de professor. Os Conselheiros discutem sobre vulnerabilidade. A
100 Presidente Marilza coloca sobre o PNATE que espera o retorno para se organizarem
101 na visita com a comissão. O Conselheiro Luiz faz a leitura dos conselheiros que estão
102 na comissão Transporte Escolar/PNATE. Não havendo mais nada a tratar a Presidente
103 Marilza agradece a presença de todos e encerra a reunião.

104 Eu, Valdinéia Santos de Lima, digitei essa ata que depois de aprovada será assinada
105 pela Presidente Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

106 



CONSELHO DO
FUNDEB

Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de
Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização
dos Profissionais da Educação